

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 11/01/96, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336.

Aos onze dias do mês de janeiro de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:10 horas o Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. César Campos, abre a reunião fazendo a leitura da pauta e propondo que por não ter sido completado o quórum necessário para instalação do plenário, sejam discutidos temas que não dependam de deliberação. Com a concordância dos conselheiros presentes, a reunião é iniciada pelos informes. O primeiro informe é dado pela conselheira Maria Josefina, da Câmara Técnica de Comunicação, sobre o formulário distribuído para escolha de um nome para o Jornal do Conselho. O nome com maior número de votos foi: “Jornal dos Conselhos de Saúde”. A conselheira Maria de Lourdes, da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de saúde, fala que na última reunião da Comissão ficou estabelecido que os Distritos devem iniciar, o mais rápido possível, a discussão das Conferências Distritais. Informa ainda, que todos os Distritos deverão mandar representantes à próxima reunião, na terça-feira, dia 16/01. O conselheiro Evaristo Garcia, informa sobre o Pronto Socorro de Venda Nova e solicita que a Secretaria indique uma pessoa para acompanhar os trabalhos de uma Comissão que foi criada na região para garantir a conclusão das obras. O Presidente do Conselho, Dr. César Campos, faz a leitura de ofício encaminhado pelo diretor do hospital Odilon Behrens, Dr. Ivan Batista Coelho, explicando as razões da limitação do atendimento na Unidade de Urgência daquele hospital para reformas. A seguir é passada a palavra a conselheira Fátima que questiona o encaminhamento da reforma do hospital, sem o Conselho ter sido informado, enquanto a população também só foi comunicada pela imprensa. Coloca que, até pelo fato de o diretor do hospital ser membro do Conselho, não se justifica que a informação não tenha sido passada e a reforma discutida no Conselho. O conselheiro Ivan., fala que a reforma está até atrasada e que sua realização foi discutida e aprovada pelo Conselho em 1993. Diz que a Comunicação vinha sendo feita aos outros hospitais da região metropolitana desde o início de novembro. Diz que não há grande impacto no atendimento na urgência/emergência em Belo Horizonte. Coloca que houve exploração política do fato e que apenas pequenas e médias urgências foram redirecionadas sem criar grandes problemas na rede. Reconhece que houve um erro ao não terem sido analisadas as conseqüências políticas do fato. Dr. César, fala de ofício encaminhado pelo Governador ao Prefeito, solicitando o adiamento das obras, que foi respondido pela Prefeitura em documento cuja cópia foi encaminhada ao Conselho, estando à disposição dos conselheiros. Encerrados os informes, passou-se à discussão da municipalização do hospital Julia Kubitschek. A palavra é passada ao presidente da Comissão criada para avaliar as condições da municipalização, Dr. Carlos Washington. Ele faz um relato das atividades da Comissão a partir de sua criação e 1ª. reunião realizada no dia 04 de novembro. Diz crer que a função da Comissão não é de avaliar a municipalização, posto que isso é um fato já determinado, crê que o trabalho da Comissão é viabilizar a municipalização. Relata o que foi discutido nas reuniões e esclarece que as primeiras reuniões foram prejudicadas pela ausência do representante da Secretaria Municipal de Saúde. Foi feito convite à Secretaria Municipal para que enviasse seu projeto para o HJK, o que daria um melhor direcionamento às discussões. A partir da 3ª. reunião da

Comissão, já contando com o representante da Secretaria Municipal, foi possível estabelecer as prioridades para a discussão que foram: 1- Unidade de Emergência; 2- Patrimônio; 3- Recursos Humanos; 4- Modelo Assistencial; 5- Financiamento. No 1º. item foi feita uma visita a Unidade de Emergência onde a Comissão recolheu subsídios para estudar e se posicionar sobre este setor. Diz que as discussões estão registradas em ata e à disposição dos Conselheiros. Já com a existência de quorum, foi aberta a palavra ao plenário e o conselheiro João Athaíde pergunta se foi feito inventário e discutida a questão patrimonial e de pessoal para que a municipalização ocorra neste ano. A Conselheira Fátima, esclarece que as questões relativas ao inventário com levantamento referente a patrimônio pessoal serão discutidas na Comissão. Diz que a Comissão está aguardando a assinatura de Protocolo de Intenções e não existe uma data para a municipalização. A conselheira Lídia, coloca que a Câmara Técnica de Municipalização deveria estar discutindo o HJK mas teve dificuldades, como todo o Conselho vem tendo para discutir todas as questões. Diz que o entendimento da Secretaria é de que a função da Comissão é fazer a adequação do instrumento de convênio para a municipalização, deixando claro que o município não aceita mais receber as unidades nas condições que vinha recebendo, sucateadas e sem contrapartida do estado nos investimentos. Coloca que a Secretaria Municipal de Saúde não aceita, também, a interferência do Estado na definição do modelo assistencial. Diz que o que norteia a atuação da Secretaria na Comissão são as deliberações da IV Conferência e do Fórum Setorial. Fala que em outras unidades municipalizadas não houve interferência do Estado na questão do modelo e que a Secretaria Municipal de Saúde entende que os fóruns para essa discussão são o Conselho Municipal, o Conselho Distrital do Barreiro e o Conselho Comunitário do HJK. Diz que é essencial a rápida assinatura do Protocolo. Dr. César, reafirma as colocações da Dra. Lídia e coloca que na assembléia ocorrida no hospital ficou definido que o Prefeito e o Governador assinariam o Protocolo, justamente, para que ficasse firmado o compromisso entre as duas partes com as condições já aceitas verbalmente, mas, que é fundamental formalizar. Diz que a negociação foi feita por uma Comissão presidida pelo vice-prefeito Célio de Castro. Diz que a rota da Comissão tem que ser corrigida em nome da autonomia do município, para que não continue havendo confusão quanto à questão do modelo assistencial. O conselheiro José Manoel, coloca sua preocupação por ter sido encaminhado convite para o Secretário Municipal comparecer à reunião da comissão, o que nunca foi respondido. Fala que foi solicitado ao representante da Secretaria que levasse o projeto, o que também não foi feito. Diz que a Comissão está fazendo um estudo e não vai determinar o que será feito no hospital. O conselheiro Ivan, fala que o ano é complicado porque haverá muitas disputas e seria importante saber se a política é municipalizar mesmo, ou não. Considera estranho que enquanto o Conselho discute municipalização do HJK, a imprensa noticia a estadualização do hospital Maria de Lourdes Drummond, cuja inserção dentre os serviços de saúde do município já vinha sendo discutida. A conselheira Fátima, fala que a assinatura do Protocolo ficou sendo discutida durante seis meses, sem que fosse tomada pelo Estado ou Município, qualquer iniciativa. Diante disso, a comunidade ligada ao hospital, trabalhadores e usuários, promoveram junto com o Conselho Distrital do Barreiro, o debate em que pretendiam colocar todas as autoridades da saúde envolvidas, frente a frente, para tentar uma definição. Diz que a criação e composição da Comissão, foi decidida pelos dois secretários e que vêm discutindo o que ficou definido para discutir. Lamenta a ausência do representante da Secretaria na Comissão, Marcelo, que, inclusive, segundo ela, tem elogiado muito o trabalho que está sendo desenvolvido. A conselheira Maria de Lourdes, diz que o Conselho tem que assumir uma debilidade que vem

impedindo o acompanhamento da questão. Coloca que está percebendo dificuldades e propõe novo pedido de audiência ao Prefeito para definir a assinatura do Protocolo. Defende a posição da Secretaria na questão da discussão do modelo assistencial. O coordenador do Conselho Comunitário do HJK, José Osvaldo, diz que enquanto Conselho de usuários, o conselho comunitário quer que haja entendimento entre os governos e que seja efetivada a municipalização. O conselho comunitário não vai entrar na disputa política. A conselheira Lídia, coloca que vem enquanto secretária tentando que seja marcada a data pelo governo do Estado para a assinatura do protocolo e que a Prefeitura também vem tentando, mas o governador marca e adia a data sistematicamente. Dr. César, coloca que a função da Comissão estabelecida é de levantamento do diagnóstico para subsidiar o Estado e Município na elaboração do convênio. Reafirma que insistir na discussão do modelo assistencial, com a participação do Estado, fere a autonomia do Município. Apela para que a Comissão corrija as funções que vem desempenhando e viabilize o Convênio. Rosalina, da Comissão de saúde do SINTSPREV, propõe que seja formada uma Comissão com representantes dos Conselho Municipal, Distrital e Comunitário do HJK, para discutir o modelo assistencial. Propõe que, também para pressionar o Prefeito, o Conselho não aprove as contas da Secretaria até que haja a audiência. O conselheiro José Manoel coloca que, diante da criação de outra Comissão, retira seu nome da atual e questiona, se a nova Comissão proposta irá acompanhar os trabalhos desta. Dr. César esclarece que não é este o objetivo da nova Comissão, que faria a discussão apenas do modelo assistencial a ser proposto. A seguir, a conselheira Lídia coloca seu entendimento sobre qual seria o papel da Comissão atual de levantamento do diagnóstico, entendido como: nº. de pessoal, vínculos do pessoal, questão patrimonial, custeio. A comissão proposta discutiria o modelo assistencial, ou seja: funcionamento, abertura de leitos, prioridades assistenciais. Diz que está colocando claramente os papéis das duas comissões, inclusive, para que não haja superposição de funções. O conselheiro João Athaíde, coloca que o importante é que seja feito o convênio e diz entender que a proposta de nova Comissão objetiva colaborar efetivamente no processo de municipalização, discutindo o modelo assistencial somente no âmbito do município. Em seguida é efetuada a votação sendo a proposta de criação da Comissão aprovada sem nenhum voto contrário, com uma abstenção. São escolhidos como membros do Conselho para compor a Comissão, os conselheiros Lídia Matta Machado, João Athaíde e Ivan Batista Coelho. Foi definido que será enviado ofício aos Conselhos Distrital Barreiro e Comunitário do HJK, para que elejam seus representantes. No próximo ponto da pauta: Central de Marcação de Consultas, é convidada para ocupar a mesa, a coordenadora da Central, Dra. Carmen Lúcia, que faz uma exposição sobre a história da criação da Central que é um sistema informatizado, centralizando a marcação das consultas para especialistas. Informa sobre o processo de implantação, custos e capacidade de atendimento, através do sistema de telefonia, que já cobre 100% da marcação de consultas com especialistas. Demonstra com transparências os números alcançados pela Central. Diz que o objetivo é alcançar seis mil consultas/dia. Atualmente, 355 especialistas atendem ao Sistema e são marcadas em torno de duas mil consultas/dia, sendo 77% de Belo Horizonte. Fala das vantagens do sistema que promove a hierarquização e descentralização da assistência. Coloca que a Central funciona em dois turnos, sendo que, pela manhã são marcadas consultas para todas as clínicas, exceto, ortopedia, neurologia e otorrino, que são marcadas só à tarde. Diz que não houve aumento da oferta, o que significa que não existem mais filas, mas há um tempo de espera, pelo número insuficiente de especialistas para o atendimento. Coloca que das consultas marcadas, 30% das pessoas não comparecem. Fala de medidas que estão sendo

tomadas no sentido de melhorar a oferta e o fluxo na marcação das consultas, inclusive, com pagamento diferenciado em relação à tabela do SUS, aos prestadores privados que tiverem especialistas atendendo com marcação pela Central. Propõe que o Conselho, aprove esta providência. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro Geraldo Magno, coloca sua preocupação quanto ao número de especialistas que atendem na rede. O conselheiro Antônio Carlos coloca que propôs a discussão do tema porque no Barreiro muitas pessoas estão reclamando que não conseguem consultas. Fala que a população tem que ser esclarecida de que não é culpa dos trabalhadores do posto quando não conseguem a consulta. O conselheiro Evaristo Garcia, pergunta se os funcionários dos postos foram treinados para marcar as consultas e sugere que coloquem pessoas melhor preparadas para fazer esse atendimento. O conselheiro João Athaíde, fala da necessidade de ter um controle dos pacientes e de orientação aos usuários. A participante Gislene, questiona o funcionamento da Central e o atendimento dado nas clínicas básicas onde os médicos encaminham para o especialista sem dar a atenção necessária. Diz que consultas estão sendo marcada para locais muito distantes da residência do usuário. Fala de outras dificuldades e sugere reflexão sobre se a mudança beneficia realmente a população ou se não seria preferível manter as filas. Critica o fato de as pessoas que elaboram os projetos de saúde, serem técnicos que não vivem a realidade dos postos, porque não trabalham na ponta nem são usuários do sistema. Respondendo as questões levantadas, Dra. Carmen Lúcia, explica que existem problemas de terminal e outros que estão tentando medidas para atenuar. Admite que existe falha na comunicação com o usuário e acha importante que o Conselho aprove um pacote de informações para orientar o usuário. Diz que está sendo montado um protocolo que visa fazer com que os usuários cheguem para a consulta com o especialista, já portando os exames indispensáveis naquela determinada clínica. Diz que se pretende avançar no sentido de que o usuário escolha o especialista. Esclarece que só estão sendo permitidas, em cada ligação, a marcação de quatro consultas iniciais e dois retornos, com o objetivo de facilitar o acesso de todas as unidades à marcação, até que sejam superadas as dificuldades com a oferta. O conselheiro José Manoel propõe que sejam atendidas as marcações por distrito. explica que se forem marcadas as consultas utilizando o critério de um dia para cada distrito, o usuário que hoje está esperando dois meses pela marcação de sua consulta, esperaria apenas dezoito dias. O participante, senhor Salomão, coloca a importância da informação ao usuário. Diz que os trabalhadores dos postos são também mal orientados e não podem orientar os usuários, devendo ser melhor acompanhado o trabalho que fazem. O conselheiro Paulo Fernandes, propõe que seja elaborada uma cartilha para orientação da população. Fala também da necessidade de evitar que as consultas sejam marcadas para locais muito distantes da moradia do usuário. Dr. Fausto, diretor de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, fala que a Central de Marcação é um instrumento que visa garantir todo o referenciamento ao usuário, a partir da consulta básica. Diz que o grande problema está na questão da oferta, mas que não justificaria cruzar os braços e aguardar ter oferta compatível com a demanda para criar o sistema. Coloca que é preciso equacionar os problemas na marcação diminuindo a sobrecarga sobre as equipes dos Centros de Saúde, resolver a questão do protocolo para que o paciente seja encaminhado ao especialista quando realmente for necessário e aumentar a quantidade de consultas dentro da Central. Defende que como foi implantado o índice de valorização hospitalar, pelo Governo Federal através da negociação com o Estado e o Município, seja criado no município, uma forma de valorizar as consultas agendadas através da Central. A conselheira distrital, Irene, pergunta qual o percentual de consultas com cada especialista é reservado para retorno. Fala que é imensa a

dificuldade de marcar retorno, principalmente com os Conaspistas e diz ter informação de especialista do CONASPS que avisou ao cliente que o retorno seria cobrado, porque ele não iria conseguir marcar pela Central. O conselheiro Paulo Augusto, fala que é um processo novo, sendo natural tenha problemas. Diz que é importante verificar a questão dos 30% de absenteísmo colocado pela Dra. Carmen, pois as dificuldades na marcação devem levar a este elevado percentual de falta às consultas. O conselheiro João Atháide, fala que o Clínico Geral tem que acompanhar o paciente, buscando a plenitude no seu processo. Diz que tem de ser estudada a possibilidade de substituir o usuário que não comparece à consulta marcada. Se propõe a fazer um estudo e elaborar proposta nesse sentido. O conselheiro Antônio Carlos denuncia que no Posto Tirol não há material para exame ginecológico. Também os pacientes que comparecem em jejum para fazer coleta de sangue voltam sem conseguir o exame porque não há material de coleta. Dra. Carmen, em suas considerações finais, diz que tem sido avaliada a proposta de escalonar as consultas, mas que a prioridade é estabelecer critérios de encaminhamento, responsabilizando mais as equipes, para que o paciente seja encaminhado ao especialista em condições que garanta a resolutividade. Concorda que há problemas com os conaspistas e promete atenção especial a essa questão. Propõe que a Câmara Técnica de Controle e Avaliação acompanhe o funcionamento da Central e sugere que o conselho aprove o pagamento de incentivo às consultas marcadas pela Central. Convida os conselheiros a visitarem a Central no 11º andar da Secretaria. A seguir, Dr. César, faz comentários sobre a Central, falando da sua importância na organização e humanização do Sistema. Considera fundamental o acompanhamento pela Câmara Técnica de Controle e Avaliação. Propõe que o Conselho vote favoravelmente ao incentivo e consulta o plenário sobre a possibilidade de mediante apresentação, por escrito da proposta, o Conselho avaliar e aprovar. O conselheiro José Manoel questiona se este incentivo não criaria um precedente para favorecer o setor privado. Dr. César coloca que a Secretaria teria o controle e propõe que essa matéria seja votada na próxima reunião, mediante sua apresentação por escrito. Sugere considerar todas as propostas aprovadas. Surgindo dúvidas quanto à possível contradição entre duas propostas feitas, Dra. Carmen esclarece que sua contraproposta ao escalonamento por distrito, seria o acompanhamento pela Câmara Técnica de Controle e Avaliação. Com a concordância do conselheiro José Manoel, autor da proposta de escalonamento, ficou aprovado o encaminhamento pela Câmara Técnica e as demais propostas. Dr. César informa sobre questionário entregue aos conselheiros para preenchimento. A seguir, coloca em votação propostas de atas das reuniões realizadas em 30/11 e 07/12/95. Não havendo nenhuma retificação escrita, por consenso do plenário, as atas foram consideradas aprovadas. No último ponto da pauta, Dr. César passa a palavra ao Coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, conselheiro Geraldo Magno, para a apresentação do parecer sobre a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, no período de agosto a outubro/95. O coordenador propõe que o Conselho não vote o parecer, cujas cópias foram entregues a todos os conselheiros presentes, ficando suspensa a votação até que o prefeito receba o Conselho em audiência. Feita a votação, a proposta foi aprovada sem nenhum voto contrário, com duas abstenções, ficando definido que a apreciação do parecer fica suspensa até que se realize a audiência com o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, às 18:15 horas, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário do Conselho.



Belo Horizonte, 11 de janeiro de 1996.

RFF/